

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

PINHEIRO, Maria Nerice dos Santos

Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário UniChristus. Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: nematu@gmail.com

BRILHANTE, Luiza Hermínia de Almeida Assis

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Supervisora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Fortaleza. E-mail: luizaherminia@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre as concepções que fundamentam as práticas de avaliação na Educação Infantil da Rede Municipal de Fortaleza. O trabalho se constituiu em uma pesquisa documental, tendo como fonte os instrumentos utilizados nas instituições de Educação Infantil, os documentos orientadores elaborados pela Secretaria Municipal da Educação e do Ministério da Educação e de documentos legais, como a Resolução nº 2/2010, do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, a Resolução nº 5/2009, o Parecer nº 20/2009, do Conselho Nacional de Educação, e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. A partir de um olhar crítico, levantamos discussões acerca da temática. Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009), descrevemos e interpretamos o conteúdo destes documentos para compreender as concepções de avaliação presentes nessa rede de ensino e corroborar a produção de conhecimento teórico e prático sobre o desafio de avaliar na Educação Infantil.

Palavras-chave: Avaliação. Educação infantil. Pesquisa documental.



ABSTRACT

This article aims to reflect on the concepts underlying the evaluation practices in early childhood education from Fortaleza Municipal Network. The work consisted in desk research, having as source the instruments used in childhood education institutions, the guiding documents produced by the Municipal Department of Education and the Ministry of Education and legal documents such as Resolution nº 2/2010 of the Municipal Council Education of the city of Fortaleza, Resolution nº 5/2009, the Report nº 20/2009 of the National Council of Education and the Law of Directives and Bases nº 9.394/1996. From a critical eye raised discussions about the theme. Through content analysis (BARDIN, 2009) describe and interpret the content of these documents to understand the conceptions of evaluation present in this school system and corroborate the theoretical and practical knowledge production on the challenge of assessing in kindergarten.

Key-words: Assessment. Childhood education. Documentary research.



1 Introdução

A Educação Infantil possui especificidades que ainda se constituem desafios para o cotidiano das instituições educacionais. Considerada a primeira etapa da Educação Básica pela Constituição Brasileira de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, a Educação Infantil é oferecida em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, cumprindo sua função sociopolítica e pedagógica por meio de Propostas Pedagógicas que respeitem os princípios éticos, políticos e estéticos.

A educação da criança de 0 a 5 anos no Brasil para além do espaço familiar teve início no final do século XIX, tanto como forma de combate à pobreza quanto como salário complementar na perspectiva da mulher trabalhadora da classe popular, caracterizando-se como espaço de assistência à saúde e de preservação da vida das crianças.

Considerando todo o percurso histórico da Educação Infantil (OLIVEIRA, 2011), ressaltamos que a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a LDBEN nº 9.394/1996 instituíram seu caráter educacional de dever do Estado em complementaridade à ação da família.

Atualmente, sabemos que o processo educativo nessa etapa precisa estar atento às suas especificidades, compreendendo a educação e o cuidado da criança pequena de forma indissociável e complementar. Dentre essas especificidades, a avaliação tem destaque no cenário atual, pois, embora se reconheça que é um elemento essencial para o processo educativo, encontramos muitos desafios para a materialização dessa prática no cotidiano das instituições brasileiras de Educação Infantil, com indefinições e questionamentos acerca das concepções que a permeiam.



Um dos grandes desafios é construir e definir sistemáticas de avaliação na Educação Infantil sem sofrer influência das formas de avaliar das outras etapas e níveis de ensino, contudo ressaltamos a importância de compreender os aspectos de continuidade, transitoriedade e articulação do percurso escolar da criança, perfazendo-se em todas as etapas do sistema de ensino no Brasil para a elaboração de propostas de avaliação das crianças nessa etapa.

Dessa forma, este trabalho objetiva refletir sobre as concepções que fundamentam as práticas de avaliação na Educação Infantil da Rede Municipal de Fortaleza por meio de uma pesquisa documental dos instrumentos utilizados nas instituições de Educação Infantil (Relatórios Individuais, Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança, Cadernos de Registro do Professor), assim como também das diretrizes e orientações expedidas pela Secretaria Municipal da Educação (SME) e dos documentos legais federais, estaduais e municipais que definem o seu funcionamento (Resolução nº 2/2010, do Conselho Municipal de Educação da cidade de Fortaleza, a Resolução nº 5/2009, o Parecer nº 20/2009, do Conselho Nacional de Educação, e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996).

Inicialmente, faremos uma breve discussão sobre os referenciais deste trabalho que trazem um entrelaçamento entre os conceitos de Infância, Criança e Educação Infantil e estudos sobre a avaliação da aprendizagem. Em seguida, situaremos os procedimentos metodológicos do trabalho e apresentaremos os resultados e análise dos dados, abordando os pontos acerca da avaliação identificados nas fontes documentais, trazendo à tona as concepções de avaliação dessa rede de ensino e dos documentos legais citados anteriormente. Finalizaremos com as consi-



derações finais, apontando os pontos de impasse que mostram a necessidade de definições teóricas e práticas e de posteriores pesquisas na área.

2 Referencial teórico

Ao longo da história, nem sempre a criança teve espaço efetivo na sociedade. A reconfiguração da percepção de criança bem como o conceito de infância são socialmente e historicamente construídos e, portanto, revelam-se de diferentes formas em diferentes momentos da sociedade.

Alguns estudiosos, como Ariès (1981), denunciam a inexistência de um sentimento de infância até meados do século XVIII. Ou seja, a criança, quão logo superasse a fase de completa dependência, já adentrava ao universo dos adultos, pois não havia um olhar que considerasse as particularidades dessa fase do desenvolvimento humano. O sentimento de infância e a ideia de cuidado e preocupação relacionados à criança surgiram apenas na modernidade, o que certamente contribuiu para a versão contemporânea desse conceito.

É possível dizer que a trajetória da Educação Infantil no Brasil se apresenta imbricada ao conceito de infância e criança, ou seja, a educação da criança pequena teve inúmeros e diferenciados *modus operandi*, perpassando da concepção rousseauniana de adulto em miniatura à criança como sujeito.

No Brasil, tanto o ECA quanto a LDBEN nº 9.394/1996 conferiram à criança um *status* de sujeito que foi determinante para que se delineasse uma nova configuração de práticas e ações voltada para o público infantil no cenário educacional. Conforme lecionam Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15): “[...] a história da criança não é possível de ser narrada em primeira pessoa, se a



criança não é nunca biógrafa de si própria”. Por isso, entender a criança como sujeito significa conferenciar a ela a parcela que lhe cabe de sua liberdade moral e intelectual para que possa construir-se como indivíduo repleto de potencialidades por ser ativo e capaz.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (2010), a criança, atualmente, é prevista como sujeito histórico. Sendo esse um documento que deve normear as práticas voltadas à Educação Infantil, é chegado o momento de “[...] revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças” (BRASIL, 2010, p. 7). Ou seja, a partir da consistência conceitual que se tem acerca da criança, faz-se necessário definir outros elementos relacionados à Educação Infantil. Certamente é possível compreender a avaliação para essa etapa educacional como um dos requisitos ao qual devemos lançar o desafio da reflexão.

Ao considerar a criança como sujeito do processo educativo, o ato de avaliar deve trazer em si essa mesma concepção. Entender a criança como sujeito é propor uma experiência avaliativa numa perspectiva emancipatória que, portanto, não pode renunciar uma educação com base na liberdade e na autonomia da criança. Esse pensamento encontra amparo em Luckesi (2011, p. 29), quando afirma que “[...] é preciso compreender quem é o educando e como ele se expressa, a fim de, conseqüentemente, definir como atuar com ele para auxiliá-lo em seu processo de autoconstrução”. Avaliar não é uma prática neutra nem descontextualizada, mas que traz reflexos daqueles que estão envolvidos nessa experiência, ou seja, crianças e professores.

Assim como cuidar e educar na Educação Infantil devem apresentar-se indissociáveis, também não deve existir dicotomia



entre ensino e avaliação, pois avaliar é parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo um recurso para auxiliar o progresso da criança, e não para excluí-la. Portanto, uma das finalidades da avaliação na Educação Infantil é “[...] incluir as crianças no processo educacional e assegurar-lhe êxito em sua trajetória por ele” (OLIVEIRA, 2011, p. 259). Para isso, o olhar do professor, de forma sensível e permanente, é essencial, resultando na superação dos estereótipos que permeiam essa prática. Além disso, as propostas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil devem buscar modelos de avaliação voltados à detecção das zonas de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1998) e à análise de mudanças evidenciadas no desenvolvimento infantil, de forma situacional e provisória, envolvendo momentos do contexto educacional, por meio de um conjunto de fatores, e também reconhecendo que a criança e suas relações estão em constante mudança.

Ressaltamos que a avaliação na Educação Infantil compreende todo o processo educativo, incluindo as situações de aprendizagens e os modos de como se realizam. Dessa forma, o professor tem condições de identificar os fatores que contribuem e dificultam o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, para então redimensionar sua prática quando necessário.

3 Procedimentos metodológicos

O trabalho parte de uma abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa documental (GOMES, 2007) por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Segundo Gomes (2007), a pesquisa documental, na condição de método de investigação social, também traz uma concepção filosófica de enfoque mais crítico, que, de acordo com as referências teóricas do pesquisador, res-



pondem às questões da pesquisa de forma reflexiva e crítica, estabelecendo relações que ajudam no modo como analisa os dados e elabora suas conclusões.

Organizamos nossos procedimentos metodológicos de acordo com Bardin (2009), tendo como fases da pesquisa: 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A pré-análise compreendeu o levantamento dos instrumentos utilizados nas instituições de Educação Infantil (Relatórios Individuais, Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança, Cadernos de Registro do Professor, Instrumentos do Diagnóstico da escrita do nome próprio pelas crianças do Infantil V), assim como também das diretrizes e orientações expedidas pela Secretaria Municipal da Educação (SME) e dos documentos legais federais, estaduais e municipais que definem o seu funcionamento (Resolução nº 2/2010, do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, a Resolução nº 5/2009, o Parecer nº 20/2009, do Conselho Nacional de Educação, e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996).

Dentre os documentos de diretrizes e orientações da SME, optamos por analisar somente os documentos vigentes: as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil, as Orientações para elaboração e socialização dos Relatórios Semestrais, a Apresentação e Orientações para o uso das Fichas de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem das Crianças.

A segunda fase, de exploração do material, trouxe à tona todos os pontos citados nesses documentos acerca da avaliação. Após leitura exaustiva e compreensiva do material, definimos as unidades e as categorias de análise. Dessa forma, pudemos organizar os dados em duas categorias: fundamentos da avaliação na Educação Infantil e práticas avaliativas na Educação Infantil.



A fase de tratamento dos dados compreendeu a descrição dos documentos, o entrelaçamento das unidades de análise (com transcrição literal dos trechos sobre avaliação ou onde se percebia concepções relevantes) como forma de esteio para a elaboração de inferências, buscando o que está além do escrito e de interpretações à luz do referencial teórico no qual nos ancoramos.

Compreendemos que “[...] pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios” (GIL, 1991, p. 53).

Portanto, optamos pelo método de pesquisa documental para abordar uma questão contemporânea voltada para a avaliação na Educação Infantil. Entretanto, gostaríamos de enfatizar que as discussões levantadas neste trabalho são de caráter aproximativo, e não definitivo e absoluto.

4 Avaliação na educação infantil: concepções que subjazem uma prática

4.1 Os instrumentos de avaliação utilizados na Rede Municipal de Ensino

4.1.1 *Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança*

Na Rede Municipal de Ensino, é adotada, como um dos recursos de avaliação das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, a Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança, implementada na rede no início do ano de 2014 e indicado o seu preenchimento no 1º e 3º bimestres letivos.



A ficha oferece as informações mais objetivas com relação a diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem da criança por faixa etária, com base nas experiências propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009); o educador deve se utilizar da legenda deste material para atribuir um conceito ao quesito em avaliação. As legendas são basicamente: C (Consolidado), que se refere ao conhecimento já adquirido pela criança; RM (Realizado com Mediação), que significa que, com um pequeno auxílio de iguais ou do professor, a criança mostra-se capaz de realizar determinada tarefa; NO (Não Observado), que pode referir-se a um elemento que ainda não foi oportunamente explorado em sala de aula ou não foi observado de modo preciso pelo professor; e, por fim, o ANC (Ainda Não Consolidado), que diz respeito às conquistas que ainda estão em processo de aquisição por parte do sujeito.

A concepção e construção desse instrumento fundamentou-se no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) postulado por Lev Vygotsky, no qual propõe a existência de dois níveis de desenvolvimento infantil. O primeiro, chamado de real, engloba as funções mentais que já estão completamente desenvolvidas (resultado de habilidades e conhecimentos adquiridos pela criança), o que vai ao encontro da definição proposta para o que entendemos como aspecto CONSOLIDADO, indicando que a criança já possui a referida aprendizagem como desenvolvimento real, sendo estimado pelo que a criança consegue fazer sozinha em determinada atividade ou ao realizar uma determinada ação. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2014, s/p).

Cabe aqui destacar a contribuição do pensamento *vygot-skyano*, sob a óptica do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), na essência desse material avaliativo. Tal cons-



tatação só reafirma o ato de avaliar como uma experiência diária e contínua, em que o professor compreenda que as intervenções significativas podem promover mudanças qualitativas no desempenho dos alunos. No entanto, tais transformações só poderão ser percebidas através do olhar atento do docente. Conforme destacam as Orientações da SME sobre os fundamentos desse instrumento:

Esta ZDP é a área potencial de desenvolvimento cognitivo ('janelas de aprendizagens'), ou seja, um 'espaço' essencial de atuação da mediação pedagógica do professor para a efetivação de aprendizagens fundamentais para cada faixa etária. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2014, s/p).

A SME, por meio dessas Orientações, reconhece o aspecto limitador desse instrumento, alertando para a possibilidade de o professor encontrar outros aspectos a serem avaliados a partir das propostas de atividades realizadas com as crianças, e orienta-o a fazer o registro destes nos outros instrumentos de avaliação estabelecidos pela rede, pois destaca toda a complexidade de aprendizagens fundamentais a cada faixa etária.

Aqui é possível perceber a fragilidade do uso de um único instrumento como recurso avaliativo, sobretudo quando se fala de Educação Infantil, na qual o discurso proferido com relação à avaliação encontra amparo no registro do desenvolvimento integral do sujeito. A Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança é apenas um recorte do amplo conjunto de aspectos que devem ser explorados, discutidos, propagados e avaliados com relação à criança de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

Hoffmann (2012) posiciona-se de maneira crítica com relação a instrumentos de avaliação como a ficha ora aqui discutida. A autora acredita que esse formato avaliativo se manifesta



muito mais numa perspectiva burocrática, de execução das obrigatoriedades da escola enquanto instituição educativa, do que proporcionando elementos e informações que possam contribuir efetivamente para o avanço dos educandos. A própria atribuição de um conceito por parte do professor sobre determinado aspecto do desenvolvimento engessa a oportunidade de debate acerca de um determinado aspecto que já fora definido mediante um determinado conceito. Ou seja, esse tipo de instrumento “[...] transforma a avaliação em preenchimento de registros sem significado pedagógico” (HOFFMANN, 2012, p. 13).

Portanto, faz-se preciso que a avaliação, no contexto da Educação Infantil, não se torne prática baseada num *laissez-faire* aparentemente pedagógico. A avaliação e seus mecanismos devem ser cotidianamente problematizados e (re)pensados, pois o ato de avaliar exige compromisso pedagógico, que impele escola e professores ao que Freire (2007) chama de compromisso com o homem concreto.

4.1.2 Os relatórios semestrais

Os Relatórios Semestrais são indicados pela SME como consolidação dos registros de acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem da criança ao final de cada semestre. É utilizado também como mecanismo de *feedback* para as famílias e para a própria instituição escolar acerca da criança.

Tal preceito deve também orientar a elaboração do Relatório Individual, haja vista que nele os professores podem ampliar e contextualizar, além dos aspectos conceituados nas fichas, outras informações que visem contemplar a criança em sua integralidade, fornecendo à família maiores subsídios no que tange



à condição da criança em aspectos cognitivos, motores, sociais, afetivos, dentre outros.

Por isso, Hoffmann (2012) manifesta que, para a elaboração de um relatório, existem três passos fundamentais que devem ser seguidos e respeitados pelos educadores: investigação docente e outros dois princípios, sendo um o da provisoriade e o outro da complementaridade. Em suma, tais fundamentos esclarecem sobre a necessidade da observação diária e atenta por parte do professor e que as informações examinadas não devem ser tomadas como definitivas, podendo ser complementadas por novas considerações que podem vir a ser percebidas posteriormente. Ou seja, avaliar é um convite para que o professor se lance no percurso individual de cada aluno, pois “[...] devem esses registros revelar as especificidades de cada criança, numa leitura positiva de suas peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades” (HOFFMANN, 2012, p. 75).

É importante enfatizar que, para o professor, os relatórios devem servir também como elemento de reorganização de objetivos e procedimentos em sala de aula, sendo o desenvolvimento da criança o enfoque principal. Conforme Libâneo (2005), o que é pedagógico deve ser carregado de intencionalidade, e a avaliação, bem como o trabalho com crianças pequenas, deve estar imbuída de intenções.

4.1.3 Os cadernos de registros diários e planejamento do professor

Outro instrumento utilizado pela rede de Fortaleza são os Cadernos de Registros Diários e Planejamento do Professor. Neste material, constam páginas destinadas aos registros indivi-



duais e da turma que devem ser feitos pelos professores ao longo das experiências vivenciadas.

Segundo orientações da SME:

A característica desses primeiros registros não demanda uma escrita elaborada por parte do professor. Eles são produzidos no dia a dia, de modo rápido e prático, no sentido de fazer valer a função social da escrita – permitir a memória dos fatos vividos. Para isso, é necessário que esses registros sejam datados e, quando houver tempo, que sejam acrescidos, complementados com a percepção do professor sobre os fatos observados.

Nesse sentido, percebemos que, por trás dessa diretriz, há uma perspectiva de avaliação como documentação pedagógica, apontando para uma diversidade de registros como forma de acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, assim como também da prática pedagógica.

De acordo com Cervellati (2005, p. 27-28), a documentação pedagógica é “[...] o registro e a construção da memória de um grupo, tanto individual quanto coletiva. A memória não é passiva, mas construtiva, porque recorda, pesquisa, seleciona, reconstrói. Desse modo, parece claro que a documentação pedagógica, como prática no cenário da Educação Infantil do município, vem se transformando em um dos principais caminhos para buscar perceber a criança na grandeza de sua integralidade. O cotidiano da Educação Infantil é carregado de bastante dinamismo e documentar esse dia a dia parece ser uma experiência carregada da mesma natureza. Conforme Malaguzzi (1999), a criança é feita de cem linguagens. Que não seja, portanto, a avaliação no contexto escolar um instrumento utilizado para silenciá-las, mas sim para fortalecê-las e torná-las cada vez mais audíveis à educação.



4.2 Aproximações entre os instrumentos utilizados na rede pública de Fortaleza e o que dizem os documentos legais sobre a avaliação na Educação Infantil

A Resolução nº 5/2009 fixa as diretrizes curriculares para a Educação Infantil, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas na área e para a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. Em seu artigo 10, define que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V – a não retenção das crianças na Educação Infantil.

O Parecer nº 20/2009 objetiva revisar as diretrizes, ratificando e exemplificando o que foi previsto nessa resolução. Dessa forma, traz em seu corpo o item número dez, que trata do processo de avaliação na Educação Infantil, enfatizando que “[...] não devem existir práticas inadequadas de verificação da apren-



dizagem, tais como provinhas, nem mecanismos de retenção das crianças na Educação Infantil” (BRASIL, 2009a, p. 16). Luckesi (1998) compreende a possibilidade desse tipo de avaliação como uma intervenção tradicional, estática e de cunho disciplinador, quando na verdade o ato de avaliar deve perfazer-se dinâmico, sobretudo quando realizado com crianças pequenas.

Diante disso, o foco da avaliação na Educação Infantil incide sobre o registro, análise e acompanhamento, de forma que possibilitem os avanços das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Por isso, essa resolução, no primeiro inciso do artigo 10, esclarece sobre a necessidade de “[...] observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças”. Isso demonstra que é a partir do cotidiano que o professor consegue se apropriar de insumos para compor informações acerca de seus alunos.

Sendo assim, a tarefa de avaliar exige que a escola e o professor, na qualidade de profissional responsável pela educação das crianças, utilizem de diversificados recursos de registro que possam vir a informar sobre o desenvolvimento da criança. Essa necessidade fica claramente explicitada no segundo inciso da resolução aqui discutida, quando incentiva a utilização de registros diversificados, por meio de relatórios, fotografias, desenhos, álbuns ou qualquer outro meio que, porventura, possa fornecer subsídios suficientes ao professor na compreensão das conquistas adquiridas por cada um de seus alunos.

Percebemos então aproximações com os instrumentos empregados pela rede municipal, pois são utilizadas diferentes formas de registrar, acompanhar, intervir e compartilhar com as famílias as conquistas das crianças, conforme se intenciona com o uso dos três instrumentos, tratando-os como complementares.



Apesar das críticas ao uso de fichas como instrumentos de avaliação, compreendemos, por intermédio dos documentos orientadores da SME, que a rede municipal a concebe como mais uma forma de registro do desenvolvimento e da aprendizagem da criança em complementaridade com outras formas de registro e consubstanciadas na observação crítica e criativa de todo o contexto de aprendizagem, especialmente das interações provocadas e vivenciadas.

Assim é possível entender que avaliar na primeira infância requer compromisso para que essa seja uma experiência de ordem formativa. Essa ideia encontra amparo na reflexão de Allal, Cardinet e Perrenoud (1986, p. 14), quando asseveram que a avaliação formativa é aquela que se compromete a “[...] orientar o aluno quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para ajudá-lo a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem”. Entretanto, a LDB 9.394/1996 entende que avaliar crianças pequenas deve pretender acompanhar e repensar o trabalho desenvolvido com elas, o que implica um envolvimento dos professores e da escola que está para além de um posicionamento em face de concepções de avaliação, pois prevê a necessidade de uma ação comprometida com o cotidiano revelado e vivenciado dentro da sala de aula de Educação Infantil.

É importante frisarmos que a Lei nº 12.796, de 4 de abril 2013, deu nova redação à LDB, definindo, em seu artigo 31, regras comuns para a Educação Infantil:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; [...]
V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.



Dessa forma, as diretrizes da rede municipal orientam que os instrumentos utilizados não pretendem classificar, rotular ou promover as crianças para o agrupamento seguinte, mas anseiam pelo acompanhamento dos processos vivenciados pelas crianças, garantindo oportunidades para se desenvolver e aprender.

De acordo com as análises aqui efetuadas, é possível perceber a aproximação existente entre os instrumentos utilizados nas escolas da rede pública de Fortaleza e o que é dito nos documentos legais sobre a avaliação na Educação Infantil. É importante fazer esse destaque, haja vista que os instrumentos legais têm por finalidade regular as práticas voltadas à Educação Infantil. No entanto, é sabido que não são poucas as escolas que ainda se ocupam de um processo avaliativo baseado nos documentos anteriormente citados. São inúmeros os avanços já conquistados no campo da avaliação da aprendizagem de crianças pequenas; nesse sentido, constatar que os instrumentos da rede municipal de ensino estão em consonância com o discurso apregoado pela base legal voltado à educação comprova que o direito da criança de ser percebida em sua globalidade pretende ser garantido.

5 Considerações finais

A prática de avaliar ainda se perfaz como um dos maiores pontos nevrálgicos da educação. Como bem afirma Luckesi (1998), o ato de promover a avaliação é diferente de julgar, pois o julgamento conceitua aquilo que é certo e errado. Todavia, o autor pontua que o errado é também excluído. Por isso, ao avaliar alguém, é preciso perceber, primeiramente, tal experiência como um ato de amor. “A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista



dar-lhe suporte de mudança, se necessário” (LUCKESI, 1998, p. 172).

Portanto, práticas avaliativas classificatórias, excludentes ou com conceitos previamente definidos devem ser extirpadas da Educação Infantil, que precisa, cada vez mais, estabelecer-se como lócus de acolhimento e de (re)construção de possibilidades e potencialidades. Pensar em avaliar, através do uso de diversificadas fontes documentais, relatórios, registros diários e fichas, é uma tentativa de abarcar tudo aquilo que a criança tem a nos revelar.

No entanto, é também refletir sobre os processos de ensinar e aprender, o que significa que, ao longo da experiência avaliativa, ocorre a oportunidade de uma construção da educação na condição de coletividade, modificando crianças, professores e escola. Essa reflexão vai ao encontro do pensamento de Freire (1998, p. 96) ao lealdar que “[...] a educação constitui-se em um ato coletivo, solidário, uma troca de experiências”.

Concebemos que este trabalho teve limitações para compreendermos e captarmos as concepções expressas nesses instrumentos e documentos. Contudo, aponta para a necessidade de pesquisas que compreendam as concepções dos professores, das famílias e das próprias crianças sobre os instrumentos que expressam suas conquistas, o trabalho pedagógico realizado e até mesmo suas dificuldades e necessidades. Portanto, acreditamos que futuras pesquisas que investiguem essa prática na rede municipal se complementem aos estudos aqui iniciados, a fim de aprofundar as reflexões sobre a avaliação na Educação Infantil, afastando práticas avaliativas que tendem a classificar, expor, constranger e rotular as crianças.



Referências

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra: Almedina, 1986.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 2009.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 5/2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Brasília, DF, 17 dez. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 out. 2015.

BRASIL. CNE/CEB. *Parecer nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009* – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Senado, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, 2010.

CERVELLATI, M. Teoria e pratica della documentazione nella progettazione educativa. In: MAZZOLI, F. *Documentare per do-*



cumentare. Esperienze di documentazione nei servizi educativi dell'Emilia-Romagna. Reggio e Emilia Romagna: Opera SRL, 2005. p. 23-25.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

HOFFMANN, J. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KUHLMANN, M. J.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1998.

MALAGUZZI, L. História, idéias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-104.



OLIVEIRA, Z. M. R. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA. *Apresentação e orientações para o uso das Fichas de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança*. 2014. Disponível em: <<http://sme.fortaleza.ce.gov.br/educacao/index.php/noticias-sme/noticias-destaque/1415-sme-apresenta-as-fichas-de-acompanhamento-do-desenvolvimento-e-aprendizagem-da-crianca-utilizadas-pela-educacao-infantil>>. Acesso em: 4 out. 2015.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

